



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SANTA CATÁRINA
GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Ofício n. 1.025/2014 – GP

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
PROJETO DE LEI Nº 0194.4/14

A Sua Excelência o Senhor
Deputado JOARES PONTICELLI
Presidente da Assembleia Legislativa e.e.
Florianópolis – SC

Florianópolis, 11 de junho de 2014.

*De ordem do Sr. Presidente, e.e.,
ao Diretor Legistativo das proci-
dências na forma regimental:*

Carlos Alberto de Lima Salza
Carlos Alberto de Lima Salza
Diretor-Geral

Assunto: Processo n. 279123-2007.4 – Projeto de lei. Doação de terreno para construção de novo prédio para o Fórum da comarca de Campos Novos.

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, projeto de lei que “Dispõe sobre a doação de um imóvel, de propriedade do Estado, no município de Campos Novos, e dá outras providências”, aprovado pelo Tribunal Pleno desta Corte, acompanhado da respectiva justificativa.

Aproveito o ensejo para apresentar meus protestos de consideração e apreço.

Cordialmente,

Nelson Schaefer Martins
Nelson Schaefer Martins
PRESIDENTE



Lido no Expediente

69ª Sessão de 01.07.14

As Comissões de:

- Justiça

- II Exatas

- III Trabalho

Secretário

PROJETO DE LEI N. PL./0194.4/2014 2014.



Dispõe sobre a doação de um imóvel, de propriedade do Estado, no Município de Campos Novos, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Judiciário, por intermédio do Tribunal de Justiça, autorizado a doar ao Município de Campos Novos o imóvel de propriedade do Estado de Santa Catarina, matriculado sob o n. 15.373, do livro n. 2, do Registro Geral do Registro de Imóveis da Comarca de Campos Novos – SC.

Parágrafo Único O imóvel do Estado referido neste artigo se constitui de um terreno urbano situado no Município de Campos Novos, com área superficial de 965,56 m² (novecentos e sessenta e cinco metros e cinquenta e seis centímetros quadrados), situado do lado par da Rua São João Batista, esquina com a Rua Marechal Floriano, cidade de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, possuindo as seguintes confrontações: ao NORTE, com a Rua São João Batista (atualmente denominado Praça Lauro Muller), ao SUL com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, ao LESTE com a Caixa Econômica Federal e ao OESTE com a Rua Marechal Floriano. Sobre este imóvel foi edificada uma construção em alvenaria, em dois pavimentos de 545,00 m², totalizando a área construída de 1.090,00 m² (um mil e noventa metros quadrados).

Art. 2º A entrega do imóvel objeto de doação por meio desta lei dar-se-á após a transferência definitiva das instalações do Fórum da Comarca de Campos Novos para sua nova sede, a ser construída em terreno doado pelo Município.

Art. 3º Caso o imóvel objeto da Lei n. 3.664, de 3 de agosto de 2011, do Município de Campos Novos reverta para o patrimônio do Município, a autorização concedida no art. 1º desta lei perderá seus efeitos e o imóvel matriculado sob o n. 15.373, do livro n. 2, do Registro Geral do Registro de Imóveis da Comarca de Campos Novos – SC permanecerá no patrimônio do Estado de Santa Catarina, vinculado ao Poder Judiciário, até disposição contrária.

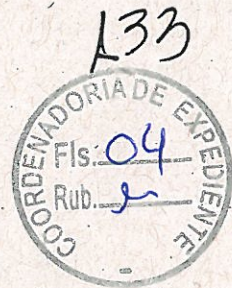
Art. 4º Eventuais despesas com a execução da presente lei correrão por conta do Município de Campos Novos.

Art. 5º O Estado será representado no ato pelo Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, ou quem por mandato especial, for por ele constituído.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Florianópolis, de de 2014.

Raimundo Colombo
GOVERNADOR



JUSTIFICATIVA

Por meio de ofício encaminhado no ano de 2007 ao Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito Diretor do Foro da comarca de Campos Novos, o Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Campos Novos dispôs-se a doar terreno para construção de novo prédio para abrigar o Forum da Comarca, pretendendo, em contrapartida, a doação do imóvel em que atualmente está instalada essa unidade do Poder Judiciário.

O ofício foi encaminhado a este Tribunal de Justiça e iniciou-se processo administrativo que seguiu seu trâmite regular.

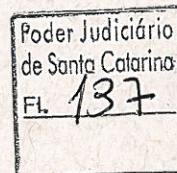
Após vistoria da área, bem como aceitação por parte do Tribunal de Justiça do imóvel a ser doado, foi editada a Lei Municipal n. 3.664, de 3 de agosto de 2011 para a formalização da doação por parte do Município.

Em contrapartida, o Conselho de Gestão, Modernização Judiciária, de Políticas Públicas e Institucionais deste Tribunal de Justiça deliberou no sentido de deferir o pedido de doação do atual prédio do Forum da Comarca de Campos Novos ao Município.

Com efeito, não havendo qualquer óbice à doação para a municipalidade, uma vez observado atentamente o art. 17, I, "b" da Lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993, presente o interesse público indispensável - configurado pela necessidade premente da construção de novo prédio para a instalação do Forum - e procedida a avaliação do bem, resta apenas a concessão de autorização legislativa para tanto, nos termos do art. 12, § 1º e art. 39, IX, da Constituição do Estado.



ESTADO DE SANTA CATARINA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



CERTIDÃO

Certifico que o Tribunal Pleno, em sessão ordinária realizada nesta data adiou, em virtude do adiantado da hora, a apreciação de minuta de Projeto de Lei que "*Dispõe sobre a doação de um imóvel de propriedade do Estado, no Município de Campos Novos, e dá outras providências*", constante dos autos do Processo n. 279123-2007.4.

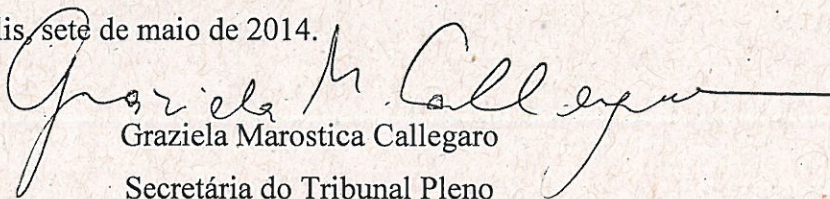
Tomaram parte na decisão os Excelentíssimos Senhores: Desembargador Nelson Schaefer Martins – Presidente, Desembargador Gaspar Rubick, Desembargador Pedro Manoel Abreu, Desembargador Trindade dos Santos, Desembargador Cláudio Barreto Dutra, Desembargador Newton Trisotto, Desembargador Luiz César Medeiros, Desembargador Eládio Torret Rocha, Desembargador Sérgio Roberto Baasch Luz, Desembargador Monteiro Rocha, Desembargador Fernando Carioni, Desembargador Torres Marques, Desembargador Rui Fortes, Desembargador Marcus Tulio Sartorato, Desembargador Cesar Abreu, Desembargadora Salete Silva Sommariva, Desembargador Ricardo Fontes, Desembargadora Maria do Rocio Luz Santa Ritta, Desembargador Cid Goulart, Desembargador Jaime Ramos, Desembargador Alexandre d'Ivanenko, Desembargador Lédio Rosa de Andrade, Desembargador Moacyr de Moraes Lima Filho, Desembargador Jorge Schaefer Martins, Desembargadora Marli Mosimann Vargas, Desembargador Sérgio Izidoro Heil, Desembargador José Carlos Carstens Köhler, Desembargador Jorge Luiz de Borba, Desembargador Victor Ferreira, Desembargadora Rejane Andersen, Desembargador Joel Figueira Júnior, Desembargador Cláudio Valdyr Helfenstein, Desembargador Rodrigo Cunha, Desembargadora Soraya Nunes Lins, Desembargador Henry Petry Junior, Desembargador Raulino Jacó Brüning, Desembargador Roberto Lucas Pacheco, Desembargador José Inacio Schaefer, Desembargador João Batista Góes Ulysséa, Desembargador Ronei Danielli, Desembargador Luiz Fernando Boller, Desembargador Carlos Alberto Civinski, Desembargador Ronaldo Moritz Martins da Silva, Desembargador Ricardo Roesler, Desembargador Robson Luz Varella, Desembargador Rodrigo Collaço, Desembargador Sérgio Rizelo, Desembargador Sebastião César Evangelista, Desembargador Domingos Paludo e Desembargador Carlos Adilson Silva.

Presidiu a sessão o Excelentíssimo Senhor Desembargador Nelson Schaefer Martins.

Funcionou como representante do Ministério Público o Excelentíssimo Senhor Procurador de Justiça Antenor Chinato Ribeiro.

Para constar, lavro a presente certidão, do que dou fé.

Florianópolis, sete de maio de 2014.


Graziela Marostica Callegaro
Secretária do Tribunal Pleno